

Honorável

Sérgio Silva do Amaral

Embaixador brasileiro nos Estados Unidos
3006 Massachusetts Avenue, NW
Washington, DC 20008

11 de abril de 2018

Prezado Senhor Embaixador,

Em nome de um milhão de membros ativos e aposentados da nossa associação sindical *United Auto Workers - UAW*, eu estou escrevendo para expressar nossa indignação em relação à condenação e prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conhecido como “Lula”. Estamos igualmente indignados sobre a negação de seu pedido judicial de *habeas corpus*. Também estamos profundamente preocupados se o processo judicial no caso de Lula possa ter sido forjado com a intenção de mantê-lo fora das urnas nas eleições presidenciais de 2018.

O julgamento de Lula foi injusto porque o veredito da sentença foi emitido pelo mesmo juiz que também processou o caso. Agora esse mesmo juiz, Sergio Moro, emitiu a ordem para Lula ser preso. Este processo foi ainda manchado porque o juiz Moro apoiou um livro demonizando Lula antes de emitir sua decisão.

O juiz Moro contratou a firma de contabilidade KPMG para investigar Lula. Após a conclusão dessa auditoria, KPMG anunciou publicamente que não encontrou provas de corrupção ou de qualquer mal feito realizado. Durante o julgamento, a equipe de defesa de Lula apresentou provas de que nem ele e tampouco nenhum parente possuiu a propriedade que foi alegadamente dada a ele como suborno. O juiz Moro não contestou essa evidência.

Nós vemos todo esse processo como algo travestido de justiça e representa um retrocesso para um Brasil democrático que viveu sob uma ditadura militar não muito tempo atrás. Uma democracia estável significa uma economia estável, especialmente para a indústria automobilística brasileira. Nosso sindicato e muitos dos sindicatos de metalúrgicos no Brasil representam os trabalhadores das mesmas grandes companhias automobilísticas multinacionais. Nós estamos preocupados que a desestabilização no Brasil possa causar um efeito cascata econômico em todas as Américas.

Portanto, nós conclamamos ao governo do Brasil a cumprir imediatamente as obrigações do direito internacional consuetudinário, bem como proteger os direitos fundamentais ao devido processo legal e a um julgamento justo, adotando as seguintes medidas:

- Liberação imediata de Lula até que o processo de apelação tenha sido concluído de acordo com a Constituição brasileira.
- Uma revisão imparcial do caso de Lula pelo Judiciário não comprometido com o governo Temer.
- Permitir que Lula possa concorrer à Presidência na eleição deste ano.

O governo do Brasil deve apoiar e respeitar um sistema judicial transparente baseado em princípios democráticos fundamentais.

Atenciosamente,

Dennis Williams, presidente
United Auto Workers - UAW